

SUMÁRIO

.....

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO AO NOVO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	21
1.1. Histórico da reforma tributária sobre o consumo	21
1.1.1. Simplificação da tributação como objetivo a ser alcançado ...	23
1.1.2. Evolução do Sistema Tributário Nacional	40
1.1.2.1. Constituição de 1891	40
1.1.2.2. Constituição de 1934	42
1.1.2.3. Constituição de 1937	44
1.1.2.4. Constituição de 1946	44
1.1.2.5. Constituição de 1967	47
1.1.2.6. Constituição de 1988	55
1.1.2.7. Propostas e Reformas pós 1988	66
1.1.2.8. A PEC nº 45/2019 e sua congênere, a PEC nº 110/2019	79
1.1.2.9. Breves notas sobre o novo Sistema Tributário Nacional	90
1.1.2.10. Breves notas sobre a LCP nº 214/2025	93
CAPÍTULO 2 – O NOVO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL E A TRIBUTAÇÃO SOBRE BENS E SERVIÇOS	97
2.1. Os diferentes pressupostos materiais que autorizam a instituição de tributos	98
2.2. Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)	108
2.2.1. Introdução	108
2.2.1.1. O Modelo de Imposto sobre o Valor Adicionado (IVA) ...	108

2.2.1.1.1.	Principais características	110
2.2.1.1.2.	Breves notas sobre a recente experiência internacional	120
2.2.1.1.3.	A necessidade de adaptação ao modelo constitucional brasileiro	124
2.2.2.	Hipóteses de incidência	132
2.2.3.	Base de cálculo	145
2.2.4.	Alíquotas	151
2.2.5.	Sujeição passiva	160
2.2.6.	Não cumulatividade e creditamento	170
2.2.6.1.	Neutralidade tributária	170
2.2.6.2.	Créditos físicos e créditos financeiros	174
2.2.6.3.	Do IVA mínimo ao IVA ideal (graus de neutralidade tributária)	176
2.2.6.4.	A interpretação da não cumulatividade aplicável ao IBS e à CBS	177
2.2.6.5.	Do regime de compensação e do “split payment” ...	195
2.2.7.	Regimes específicos, diferenciados e favorecidos	205
2.2.7.1.	Introdução	205
2.2.7.2.	Regimes específicos	206
2.2.7.2.1.	Linhas gerais e fundamentos constitucionais dos regimes específicos	206
2.2.7.2.2.	Setor de combustíveis e lubrificantes .	216
2.2.7.2.3.	Serviços financeiros, operações com bens imóveis, planos de assistência à saúde e concursos de prognósticos	222
2.2.7.2.4.	Sociedades cooperativas	229
2.2.7.2.5.	Serviços de turismo, bares e restaurantes, atividade esportiva desenvolvida por Sociedade Anônima do Futebol, aviação regional e transporte coletivo de passageiros	232

2.2.7.3.	Regimes diferenciados	238
2.2.7.3.1.	Aspectos preambulares sobre as regras de desoneração	238
2.2.7.3.2.	Do regime de transição para a alíquota padrão	242
2.2.7.3.3.	Limites à atuação do legislador e a natureza jurídica das regras de desoneração	246
2.2.7.3.4.	A figura da opção pelo contribuinte do IBS e da CBS	254
2.2.7.3.5.	Concessão de crédito presumido ao adquirente de serviços de transportador, de resíduos recicláveis e de bens móveis usados para revenda	259
2.2.7.4.	Cesta Básica Nacional de Alimentos	260
2.2.7.5.	Outros regimes específicos e diferenciados	264
2.2.7.6.	Regimes favorecidos	268
2.2.8.	Regras de transição	270
2.2.9.	Linhas gerais sobre o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS)	279
CAPÍTULO 3 – Imposto Seletivo		289
3.1.	Aspectos gerais e teóricos	289
3.2.	Considerações gerais sobre a instituição de “excise taxes”	301
3.3.	Tendências observadas nos “excise taxes” em países da OCDE (2024)	304
3.3.1.	Bebidas alcoólicas	307
3.3.2.	Tabaco	311
3.3.3.	Combustíveis	314
3.3.4.	“Carbon taxes”	317
3.3.5.	Bebidas açucaradas (“Sugar-Sweetened Beverages – SSBs”)	320

3.3.6. Apostas “online” (“Online gambling”).....	323
3.3.7. Armas de fogo e munições.....	326
3.3.8. Plásticos descartáveis.....	328
3.4. O imposto especial sobre o consumo no novo Sistema Tributário Nacional: o Imposto Seletivo.....	330
3.5. Perspectivas para o Imposto Seletivo brasileiro.....	356
CAPÍTULO 4 – Simples Nacional.....	361
4.1. Introdução.....	361
4.2. Princípios constitucionais e o Simples Nacional.....	367
4.3. Tributos abrangidos pelo regime unificado.....	368
4.4. Nova arquitetura do Simples Nacional.....	374
4.4.1. Simples Nacional e os novos tributos incidentes sobre o consumo.....	374
4.4.2. A nova figura jurídica: o Nanoempreendedor.....	379
4.5. A dupla opção relativa ao Simples Nacional.....	380
CAPÍTULO 5 – COMO FICAM OS DEMAIS TRIBUTOS?.....	383
5.1. Introdução.....	383
5.2. Imposto sobre Operações de Crédito e Câmbio ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF).....	383
5.3. Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).....	387
5.4. Imposto sobre Transmissão “Causa mortis” e Doação (ITCMD).....	397
5.5. Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).....	403
5.6. Contribuição para o serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos (COSIMP).....	412
5.7. Contribuição sobre produtos primários ou semielaborados.....	417
CAPÍTULO 6 – NOVAS LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR.....	427
6.1. Dos princípios constitucionais.....	427
6.1.1. Introdução aos novos princípios constitucionais.....	427
6.1.2. Princípio da simplicidade.....	432
6.1.3. Princípio da transparência.....	435

6.1.4. Princípio da justiça tributária e da progressividade	438
6.1.5. Princípio da cooperação	443
6.1.6. Princípio da defesa do meio ambiente.....	445
6.1.7. Alterações dos princípios constitucionais já expressamente previstos no texto constitucional antes da EC nº 132/2023	447
6.1.7.1. Princípio da legalidade tributária	447
6.1.7.2. Princípio da não surpresa.....	449
6.2. Novas imunidades e algumas alterações às já existentes antes da EC Nº 132/2023	450
6.2.1. Imunidades relacionadas ao IBS e à CBS.....	450
6.2.2. Alterações no art. 150 do texto constitucional relacionadas às imunidades	452
6.2.3. Imunidades relativas ao Imposto Seletivo (IS)	459
6.2.4. Imunidades relativas ao ITCMD.....	459
6.2.5. Imunidades relativas ao IPVA	460
 CAPÍTULO 7 – A COMPETÊNCIA COMPARTILHADA E O PACTO FEDERATIVO	 463
7.1. A competência legislativa e a competência tributária.....	463
7.2. Nova repartição constitucional de competências.....	467
7.3. Autonomia dos entes federativos X competência tributária	473
7.3.1. Características do modelo de competência tributária compartilhada	473
7.3.2. Mitigação da competência tributária e discriminação de rendas.....	478
7.3.3. Da preservação da arrecadação dos entes federativos	484
7.3.3.1. Do princípio do destino	484
7.3.3.2. Da manutenção do equilíbrio da arrecadação tributária.....	488
7.3.4. Gatilhos constitucionais para manutenção da autonomia financeira.....	491
 CAPÍTULO 8 – O PAPEL DO CONGRESSO NACIONAL NO NOVO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	 495

8.1. Introdução.....	495
8.2. Poder legislativo e tributação.....	496
8.3. Iniciativa legislativa	498
8.4. Edição de Medidas Provisórias.....	503
8.5. O papel da lei complementar	506
8.6. Resoluções do Senado Federal	518
CAPÍTULO 9 – O NOVO SISTEMA E OS INCENTIVOS REGIONAIS	523
9.1. Introdução.....	523
9.2. Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional.....	524
9.3. Zona Franca de Manaus.....	527
9.4. Áreas de Livre Comércio.....	536
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	541